

**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**

**DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET**

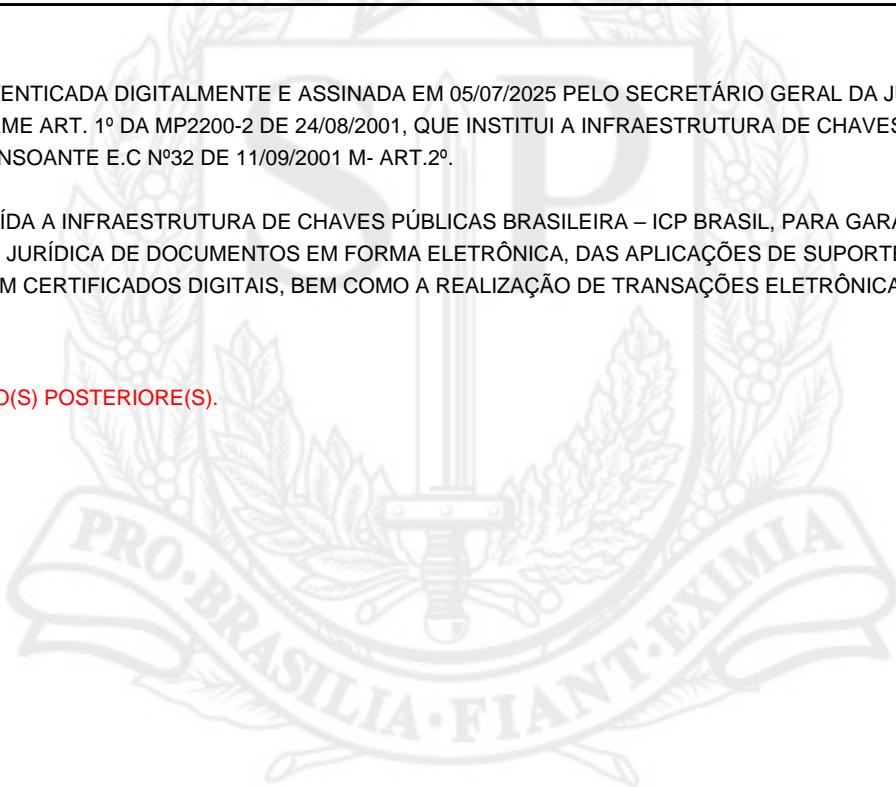
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL LOGBRAS CABREUVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300450949	CNPJ 14.457.065/0001-75	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 216.989/25-5	DATA DO ARQUIVAMENTO 30/06/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 05/07/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 02:26:36	CÓDIGO DE CONTROLE 271474152
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO <a href="http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR">WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR</a>		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 05/07/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
 Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI  
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

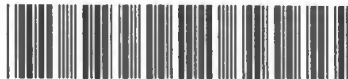


**JUCESP PROTOCOLO**  
 2.389.008/25-2



**CAPA DO REQUERIMENTO**

CONTROLE INTERNET  
 034840374-7



**DADOS CADASTRAIS**

ATO Inclusão/Alteração de Integrantes;			
NOME EMPRESARIAL LOGBRAS CABREÚVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.			PORTE Normal
LOGRADOURO Rua Casa do Ator	NÚMERO 559	COMPLEMENTO SALA 08	CEP 04546-000
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 14.457.065/0001-75	NIRE - SEDE 3530045094-9	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: RODRIGO SANTOS TOMAS (Procurador)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 562,70 DARF: R\$ ,00	SEQ. DOC 111 / 213
ASSINATURA:  DATA: 28/05/2025			

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

**PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)**

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE 
-----------------------	----------------------	---------------------

ANEXOS:	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
<input type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	

OBSERVAÇÕES:

216.989/25-5

**JUCESP**

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96





JUCESP PROTOCOLO  
2.389.008/25-2

JUCESP  
30 06 25



LOGBRAS CABREÚVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 14.457.065/0001-75

NIRE 35.300.450.949

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025**

SP - JUCESP

JUCHE 10

JUN 2025



PROTOCOLO

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 30 de abril de 2025 às 15h, na sede social da Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), na Rua Casa do Ator, 559, sala 08, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04546-000.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação encaminhada aos acionistas na forma e prazo previstos no Estatuto Social da Companhia. Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas.

3. **MESA:** Presidente: Nerian Gussoni de Oliveira; Secretário: João da Cruz Mellão.

4. **PUBLICAÇÕES:** Em observância ao Artigo 133, da Lei das S.A e conforme permitido pelo Artigo 294 da Lei das S.A., regulamentado pela Portaria nº 12.071/21 do Ministério da Economia, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, foram divulgados na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED em 17 de março de 2025 - Demonstrações Financeiras Logbras Cabreúva - <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracao-publicada/186701>.

5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 ("Exercício 2024"); (ii) a proposta de destinação do resultado da Companhia no Exercício 2024; e (iii) a eleição e/ou reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

6. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas presentes discutiram as matérias da ordem do dia e foram tomadas as seguintes deliberações:

6.1. Por **unanimidade** de votos, **aprovar sem ressalvas** as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao Exercício 2024, conforme publicadas nos termos do item 4 acima.

NG

JM

EB

1

Clicksign 2ec2a40f-ef53-4d0e-a9f7-be943f977d24



6.2. Por unanimidade de votos, aprovar sem ressalvas a destinação do lucro líquido apurado pela Companhia no Exercício 2024, no valor de R\$ 1.589.839,62 (um milhão, quinhentos e oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos), da seguinte forma: (i) R\$ 79.491,98 (setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa e oito centavos) para a conta de reserva legal; (ii) R\$ 377.586,91 (trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos) para pagamento aos acionistas de dividendo mínimo obrigatório, a ser distribuído na medida da disponibilidade de recursos em caixa, até 31 de dezembro de 2025; (iii) R\$ 755.173,82 (setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e setenta e três reais e oitenta e dois centavos) para pagamento aos acionistas a título de dividendos adicionais; e (iv) R\$ 377.586,91 (trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos) para manutenção em reserva de lucros.

6.3. Por unanimidade de votos, aprovar sem ressalvas a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025: (a) Sr. Marcos Adolfo Tadeu Senamo Amaro, brasileiro, casado, artista, portador da cédula de identidade RG nº 34.476.447-3 (SSP/SP), inscrito sob o CPF sob o nº 319.018.448-89, residente e domiciliado na Cidade de Lugano, Suíça, em Via Castausio 6, 6900, para ocupar o cargo de membro e Presidente do Conselho de Administração; (b) Sr. João da Cruz Mellão, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 35.115.484 (SSP/SP), inscrito no CPF sob nº 316.483.188-94, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Olimpíadas, 200, 10º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-000, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração; e (c) Sra. Ksenia Kogan Amaro, russa, casada, pianista, portadora do RNE nº G4446673 - DF, inscrita no CPF sob o nº 241.521.468-00, residente e domiciliada na Cidade de Lugano, Suíça, em Via Castausio 6, 6900, para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração.

6.3.1. Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no Artigo 147, § 4º, da Lei das S.A., que ficarão arquivadas na sede da Companhia.

6.3.2. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse no livro próprio e da declaração de desimpedimento, para os fins do Artigo 147 da Lei das S.A., no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data.

6.4. Fazer constar que a administração da Companhia é remunerada conforme instrumento contratual arquivado na sede social.

NG

JM

EB

Clicksign 2ec2a40f-ef53-4d0e-a9f7-be943f977d24

2

JUCESP  
30 06 25

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, a qual depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Mesa:

**Nerian Gussoni de Oliveira**  
Presidente

**João da Cruz Mellão**  
Secretário

Acionistas:

**LOGBRAS PARTICIPAÇÕES E DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO S.A.**

Nerian Gussoni de Oliveira

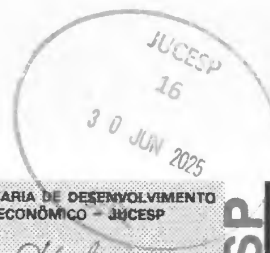
João da Cruz Mellão

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BRASIL DESENVOLVIMENTO  
DE PARQUES LOGÍSTICOS MULTISTRATÉGIA**  
(por sua gestora Ulbrex Asset Management Ltda.)

*Eduardo Sever Bruni*



216.989/25-5



**JUCESP**

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO - JUCESP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO - JUCESP

CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO

216.989/25-5

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO - JUCESP

CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO

216.989/25-5

JUCESP SEDE

JUCESP

JUCESP

30 JUN 2025

16

ALOIZIO E. SOARES JUNIOR  
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

ALOIZIO E. SOARES JUNIOR  
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO

14.457.065/0001-75 - LOGBRAS CABREUVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)				
Data de Início	Data de Fim	Publicação	Consolidada	Origem
01/01/2024	31/12/2024	17/03/2025	Não	Upload
Título				Descrição
Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024				



**Logbras Cabreúva Empreendimentos  
Imobiliários S.A.**

**Demonstrações Financeiras**  
31 de dezembro de 2024  
com Relatório dos Auditores Independentes

ALFKA/GS/DS  
REL0148/2025

Certifico o registro sob o nº 216.989/25-5 em 30/06/2025 da empresa LOGBRAS CABREUVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A, NIRE nº 35300450949, protocolado sob o nº 2389008252. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 271474152. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).



LOGBRAS CABREUVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

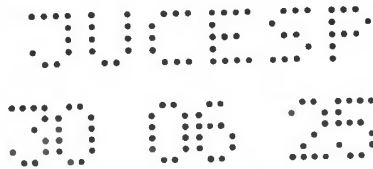


Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024.

## Índice

	.....	3
<b>Demonstrações financeiras</b>		
Balancos patrimoniais.....		6
Demonstrações do resultado.....		8
Demonstrações do resultado abrangente.....		9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....		10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....		11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....		12



Rua Castilho, 392 - 3º Andar  
Brooklin - São Paulo - SP  
CEP 04568-010  
São Paulo - Brasil  
T: +5511 5102-2510

[www.bakertilly.com.br](http://www.bakertilly.com.br)

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Administradores e acionistas da  
**Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A.**  
São Paulo – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia alienou o imóvel e vem buscando planos de ações para o encerramento de suas atividades e sua dissolução, embora ainda possua valores a receber decorrentes do acordo descrito na Nota Explicativa nº 1.1. Essa situação, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2025.

**Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-031.269/O-1



**Alexandre De Labetta Filho**  
Contador CRC 1SP-182.396/O-2



**Katia Batista Aguera Grillo da Silva**  
Contadora CRC 1SP-268.110/O-0



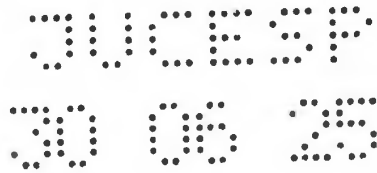
## Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.952	5.849
Outras contas a receber	5	4.190	4.190
Impostos a recuperar	-	-	188
Contrato de mútuo - Partes Relacionadas	6.a	4.695	2.852
Contas a receber partes relacionadas	6.b	2.500	-
Outros ativos	-	2	3
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>13.339</b>	<b>13.082</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Outras contas a receber	5	2.095	6.286
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.095</b>	<b>6.286</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>15.434</b>	<b>19.368</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2024	2023
<b>Passivo circulante</b>			
Obrigações tributárias	7	136	159
Dividendos a pagar	-	378	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>514</b>	<b>159</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	9	12.915	52.891
Reserva de lucros	-	2.005	-
Prejuízos acumulados	-	-	(33.682)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>14.920</b>	<b>19.209</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>16.434</b>	<b>19.368</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



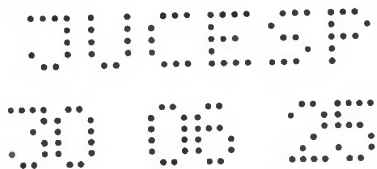
## Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A.

### Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Notas	2024	2023
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	11	(53)	(368)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(53)	(368)
Receitas (despesas) financeiras			
Despesas financeiras	12	(27)	(180)
Receitas financeiras	12	2.134	1.558
		2.107	1.378
Resultado antes dos impostos		2.054	1.010
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	10	(465)	(216)
Lucro líquido do exercício		1.589	794
Lucro líquido por ação (R\$)		0,12	0,02

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



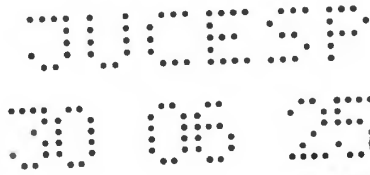
## Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.589	794
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.589</b>	<b>794</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

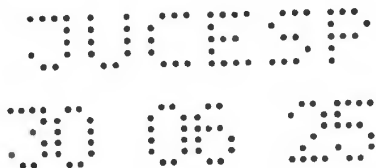


Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exerc  
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Notas	Capital social	Reserva de lucros		Tot
		Reserva legal	Reserva de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	52.891	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	52.891	-	-	-
Redução de capital social	9 (38.976)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	9 b -	79	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	9 d -	-	-	-
Constituição de reserva os lucros	9 c -	-	1.926	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.915	79	1.926	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado antes dos impostos	2.054	1.510
<b>(Aumento)/ redução de ativos</b>		
Outras contas a receber	4.191	4.190
Impostos a recuperar	188	(23)
Outros ativos	1	(3)
<b>Redução de passivos</b>		
Obrigações tributárias	(23)	(217)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(465)	(218)
<b>Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais</b>	<b>5.946</b>	<b>4.741</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Redução de capital social	(5.500)	-
Contas a receber com partes relacionadas - mútuos	(1.843)	(2.652)
Contas a receber com partes relacionadas	(2.500)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(9.843)</b>	<b>(2.652)</b>
<b>Aumento líquido / (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.897)</b>	<b>1.089</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.849	3.950
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.952	5.040
<b>Aumento líquido / (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.897)</b>	<b>1.089</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia" ou "Logbras Cabreúva"), foi constituída em 12 de setembro de 2011 e tem como atividade predominante o desenvolvimento, a comercialização e a exploração de empreendimentos imobiliários próprios, podendo participar de outras sociedades como acionista ou quotista. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo/SP.

Em 2022 a Companhia alienou o imóvel comercial situado na Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, km 84, com área total de 101.954,10 m<sup>2</sup> (Matrícula nº 65 do Registro de Imóveis de Cabreúva), – Município de Cabreúva – SP, não possuindo portanto imóveis.

A Companhia ainda possui valores a receber decorrentes do acordo descrito na Nota 1.1. Assim, a dissolução da Companhia irá depender da conclusão de tais recebimentos.

### 1.1. Descrição do projeto – Hipoteca ao Banco do Brasil

A Companhia era proprietária de um imóvel comercial situado na Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, km 84, com área total de 171.537,00 m<sup>2</sup> (Matrícula nº 4.134 do Registro de Imóveis de Cabreúva), – Município de Cabreúva – SP, onde seria desenvolvido um empreendimento em 3 fases. Na primeira fase, já concluída, foi desenvolvido um galpão com área de 33 mil metros quadrados e encontrava-se locado até 2018.

#### Informações complementares sobre a primeira fase

Em 26 de novembro de 2012, a Logbras Cabreúva assinou um contrato de locação com obrigação de construção "*Built-to-suit*" sob Condição Precedente e Outras Avenças, o qual a Companhia comprometeu-se a construir no imóvel um centro de distribuição conforme especificações técnicas do cliente.

A Companhia captou em 08 de abril de 2015 e 16 de dezembro de 2015 operação financiamento imobiliário com o Banco do Brasil no montante de R\$49.996 e R\$ 1.626, respectivamente, tendo como lastro o contrato de locação, com vigência a partir de janeiro de 2017 até dezembro de 2028. Como garantia para a referida operação foi efetuada a alienação fiduciária do imóvel.

O imóvel foi locado pelo prazo de 12 anos (144 meses), com possibilidade de prorrogação. O prazo locatício deu-se início em janeiro de 2017 com início de pagamento em fevereiro de 2017. Contudo, desde março de 2018, o inquilino não vinha honrando com o pagamento do aluguel, o que levou a Companhia a iniciar processo de negociação com o mesmo para uma solução definitiva.

## 1. Contexto operacional – Continuação

### 1.1. Descrição do projeto – Hipoteca ao Banco do Brasil – Continuação

#### Informações complementares sobre a primeira fase – Continuação

No mesmo período, em decorrência do não recebimento do aluguel, a Companhia deixou de pagar as parcelas do financiamento e negociou com a instituição financeira a quitação do financiamento. Em 16 de julho de 2020, a Companhia transacionou de maneira irrevogável, a transferência do imóvel em questão, para a Hire Log I, única e especial hipoteca ao cedente Banco do Brasil.

Na tentativa de recuperar os valores de aluguéis já incorridos de março de 2018 a fevereiro de 2019, e rescindir o contrato de locação em 01 de março de 2019, a Companhia entrou com processo judicial para execução de títulos extrajudicial. Em 25 de setembro de 2020 em vistas ao encerramento do processo, foi efetuado o acordo para ressarcimento do aluguel referente ao período acima e ainda ao recebimento de indenização no montante total de R\$36.266 (R\$26.811 indenização e R\$9.455 aluguel), dos quais já foram recebidos, R\$ 11.251 em 2020, R\$ 6.158 em 2021, R\$ 4.191 em 2022, R\$4.190 em 2023 e R\$ 4.191 em 2024, permanecendo em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$6.285 a receber em 18 parcelas de R\$349 que serão corrigidas mensalmente pela variação do IPCA, sem incidência de juros desde que tempestivamente adimplidos.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei nº 6.604/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, de acordo com a NBC TG 1000, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através das Resoluções nº 1.255/09, nº 1.285/10 e nº 1.319/10. Estes pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), através do CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das políticas contábeis materiais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Todos os valores apresentados nessas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras—Continuação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 14 de fevereiro de 2025.

### 3. Políticas contábeis materiais

#### a) Uso de estimativas

As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

#### • Tributos

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, seu desempenho pode ser adversamente afetado, independente do respectivo resultado final.

A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia, nem que estas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### a) Uso de estimativas – Continuação

##### • Tributos – Continuação

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Se identificados tais indicativos, a Companhia ajusta suas estimativas refletindo as eventuais variações no resultado de cada exercício.

#### b) Apuração do resultado

As despesas são representadas basicamente por despesas administrativas e financeiras, as quais estão registradas pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e correção monetária as quais estão registradas pelo regime de competência.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das respectivas transações e com risco insignificante de mudança de seu valor. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado".

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos.

#### d) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### 3. Políticas contábeis materiais – Continuação

#### d) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) – Continuação

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### e) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### f) Provisões para demandas judiciais

Provisão para demandas judiciais são contabilizadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis pelos assessores legais da Companhia e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis não são provisionados, contudo, são divulgados, já aqueles avaliados como de perdas remotas não são provisionados, tampouco, divulgados.

#### g) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, assim como contas a pagar e contratos de mútuo com partes relacionadas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Atualmente, exceto pelo caixa e equivalente de caixa que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros que a Companhia possui instrumentos financeiros classificados como mensurado a custo amortizado. Os passivos financeiros que incluem financiamentos são classificados como passivos financeiros e mensurados a custo amortizado.

3. Políticas contábeis materiais - Continuação  
g) Instrumentos financeiros - Continuação

**Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

**i. Ativos financeiros a custo amortizado**

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

**Ativos financeiros não derivativos**

**i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado uma vez que a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo destes ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

**ii. Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3. Políticas contábeis materiais – Continuação  
g) Instrumentos financeiros – Continuação

Ativos financeiros não derivativos – Continuação

ii. Empréstimos e recebíveis – Continuação

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros não derivativos

i. Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

h) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

Em 2024 e 2023, a Companhia optou pelo regime de lucro real.

Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Regime do lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal.

3. Políticas contábeis materiais – Continuação

3.7) Provisão para imposto de renda e contribuição social – Continuação

Impostos diferidos

Quando aplicável, o imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

l) Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei no 6.404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras).

j) Demonstrações do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)).

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024 ou após

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2024 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes. As práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), não sofreram alterações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos  
 Aplicações financeiras

	2024	2023
Caixa e bancos	1	414
Aplicações financeiras	1.951	5.435
	<u>1.952</u>	<u>5.849</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras. As aplicações referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias e com remuneração média de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), com liquidez diária, sem multas, restrições ou alterações no percentual de rentabilidade por resgate antecipado.

5. Outras contas a receber

Contas a receber de acordo

Ativo circulante  
 Ativo não circulante

	2024	2023
Contas a receber de acordo	6.285	10.476
Ativo circulante	4.190	4.190
Ativo não circulante	<u>2.095</u>	<u>6.286</u>

Representado pelo saldo do acordo (maiores informações descritas na Nota Explicativa nº 1.1).

6. Partes relacionadas

São efetuadas transações entre as empresas do Grupo Logbras de acordo com características próprias acordadas entre as partes as quais podem ser diferentes das condições usuais de mercado.

a) Contratos de mútuo

Referem-se as operações de empréstimos na forma de mútuos em conta corrente, com vencimento em até dois anos, acrescido de juros de 102% do CDI.

Ativo

Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A.  
 Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A.

	2024	2023
Logbras Hortolândia Empreendimentos Imobiliários S.A.	582	-
Logbras Embu Empreendimentos Imobiliários S.A.	4.113	2.852
	<u>4.695</u>	<u>2.852</u>

b) Contas a receber com partes relacionadas

Referem-se ao valor antecipado da redução de capital descrito na Nota Explicativa nº 14.

Ativo

Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.  
 Fundo de Investimento em Participações Brasil  
 Desenvolvimento de Parques Logísticos Multiestratégia

	2024
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	1.750
Fundo de Investimento em Participações Brasil	750
Desenvolvimento de Parques Logísticos Multiestratégia	<u>2.500</u>

c) Remuneração da diretoria

O estatuto social da Companhia prevê remuneração para a sua Diretoria os quais são rateados entre as empresas do Grupo Logbras.

## 7. Obrigações tributárias

	2024	2023
<b>Impostos correntes</b>		
IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	66	22
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	39	10
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	26	5
PIS – Programa de Integração Social	4	1
Outros	1	1
	<b>16</b>	<b>39</b>
<b>Parcelamentos</b>		
Parcelamento ordinário PIS – Lei nº 8.212/1991	-	22
Parcelamento ordinário COFINS – Lei nº 8.212/1991	-	98
	-	<b>120</b>
	<b>136</b>	<b>159</b>

## 8. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não é parte integrante em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos, portanto, não constituiu provisão para perdas prováveis estimadas e nem divulgou perdas possíveis.

## 9. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 12.915 (R\$52.891 em 2023), composto por 12.907.755 (52.861.744 em 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionista	%	2024	2023
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A	70,00	9.40	37.024
Fundo de Investimento em Participações Brasil			
Desenvolvimento de Parques Logísticos Multiestratégia	30,00	3.675	15.867
	<b>100,00</b>	<b>12.915</b>	<b>52.891</b>

Em 01 de novembro de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a redução de capital de R\$37.976 com cancelamento de 37.955.090 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, proporcionalmente à participação dos acionistas do capital social, mediante a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 34.476 e R\$ 3.500 em moeda corrente, liquidado no dia 12 de janeiro de 2024.

A respectiva ATA da Assembleia foi registrada na Junta Comercial no dia 24 de janeiro de 2024, data em que foi registrada contabilmente a redução do capital social.

Em 17 de julho de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a redução de capital de R\$2.000 com cancelamento de 1.998.899 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, proporcionalmente à participação dos acionistas do capital social, liquidado no dia 25 de setembro de 2024.

## Logbras Cabreúva Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2024 e de 2023  
(Em milhares de Reals)

### 9. Patrimônio líquido – Continuação

#### a) Reserva legal

Constituída a alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

#### b) Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

#### c) Destinação dos lucros

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações contábeis no final do exercício social, com base em seu Estatuto Social.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

### 10. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Conciliação da taxa efetiva

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal cobrada de IR e CS nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está descrita a seguir:

Regime de tributação - lucro real	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.054	1.010
(+) Compensação de prejuízo fiscal	(516)	(303)
Base para cálculo do Lucro Real	1.438	707
(x) Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(489)	(240)
(+/-) Outros ajustes	24	24
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	(465)	(216)
Alíquota efetiva	32%	31%

#### b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social e sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos, bem como sobre a aplicação dos pronunciamentos contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

## 10. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

### b) Impostos diferidos

Não foram constituídos créditos tributários sobre a totalidade do saldo acumulado de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social, assim como sobre o saldo de despesas não dedutíveis temporariamente na determinação do lucro tributável. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de prejuízos fiscais acumulados da Companhia é de R\$ 42.779 (R\$ 43.395 em 2023).

## 11. Despesas administrativas

	2024	2023
Impostos e taxas	(103)	(76)
Serviços técnicos	(17)	(87)
Assistência jurídica	(11)	(103)
Salários e encargos	-	(86)
Outras receitas/(despesas)	78	(15)
	<b>(53)</b>	<b>(367)</b>

## 12. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Juros, atualizações monetárias	1.234	983
Rendimentos de aplicação financeira	393	575
Juros sobre mútuo	507	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>2.134</b>	<b>1.558</b>
IOF	(26)	(122)
Juros, atualizações monetárias e multas	(3)	(58)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(27)</b>	<b>(180)</b>
<b>Resultado financeiros líquido</b>	<b>2.107</b>	<b>1.378</b>

## 13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são descritos a seguir:

	2024	2023
<b>Ativo - custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.952	5.849
Outras contas a receber	6.285	10.476
Contratos de mútuo - Partes Relacionadas	4.695	2.852
Contas a receber com partes relacionadas	2.500	-
	<b>15.432</b>	<b>19.177</b>

### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como, contas a receber e contas a pagar com partes relacionadas, fornecedores, aplicações financeiras e caixa e bancos mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

### 13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte do acordo não cumprir uma obrigação prevista no compromisso extrajudicial assumido com a Companhia, o que levaria ao prejuízo financeiro. Para minimizar o risco de crédito, o acordo celebrado entre as partes apresenta aval de terceiros como garantia às obrigações assumidas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

#### Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

#### Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

### 14. Eventos subsequentes

Em 11 de outubro de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a redução de capital de R\$6.000 com cancelamento de 5.996.696 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, proporcionalmente à participação dos acionistas do capital social, sendo R\$ 2.500 liquidados no dia 27 de dezembro de 2024 (Nota Explicativa nº 6.b).

A respectiva ATA da Assembleia foi registrada na Junta Comercial no dia 10 de janeiro de 2025, data em que foi registrada contabilmente a redução do capital social.



## Declaração de Autenticidade

Eu **Rodrigo Santos Tomas**, com inscrição ativa no CRC/SP sob o nº **314892/O-0**, expedida em 30.10.2015, inscrito no CPF nº 228.132.038-31, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

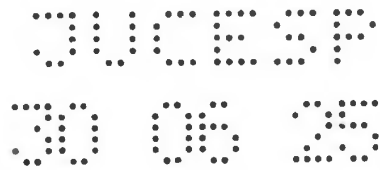
Documentos apresentados:

Documentos apresentados:

- 1 - 1 (uma) cópia da Carteira Profissional - CRC do Sr. **RODRIGO SANTOS TOMAS** (1 página);
- 2 - 1 (uma) via da Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30.04.2025 da sociedade **Logbras Cabreuva Empreendimentos Imobiliários S.A.** (31 páginas); e
- 3 - 1 (uma) via da procuração outorgada pela sociedade **Logbras Cabreuva Empreendimentos Imobiliários S.A.** aos integrantes da Open Serviços Paralegais Ltda. (4 páginas).

São Paulo, 25 de junho de 2025.

**Rodrigo Santos Tomas**  
(contador)



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, **LOGBRAS CABREÚVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Casa do Ator, 559, sala 08, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04546-000 no CNPJ sob nº 14.457.065/0001-75, por seu representante legal abaixo assinado (denominada "Outorgante"), nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **GISELE SANTOS DE GOUVEIA CHAGAS**, brasileira, casada, portadora do RG nº 34.965.498-0 e CPF nº 298.276.148-35; **RAFAELA DONELLI RODRIGUES DOS SANTOS**, brasileira, casada, portadora do RG nº 30.764.848-5 e CPF nº 286.861.638-07; **RODRIGO SANTOS TOMAS**, brasileiro, casado, portador do RG: 48.347.165-3 e CPF nº 228.132.038-31; **RENAN CUNHA RAMOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 50.881.597-6 e CPF nº 490.556.658-43; **RAFAEL CHAGAS**, brasileiro, casado, portador do RG nº 37.526.943-5 e CPF nº 438.513.568-10; **JÉSSICA BEZERRA DOS SANTOS ESTEVÃO**, brasileira, casada, portadora do RG nº 47.349.176-x e CPF nº 391.230.808-09; **MAURICIO MENDES MARTINS**, brasileiro, casado, portador do RG nº 28.884.726-X e CPF nº 309.405.388-22; e **RENATA DONELLI**, brasileira, casada, portadora do RG nº 30.764.846-1 e CPF nº 259.299.368-11 (denominados "Outorgados"), integrantes do escritório **OPEN SERVIÇOS PARA LEGAIS LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Amador Bueno da Veiga, nº 1230, 6º andar, sala 616, Penha, CEP 03636-100, com CNPJ sob o nº 28.321.259/0001-53, para isoladamente e independentemente da ordem de nomeação, representar a Outorgante perante as repartições e órgãos públicos federais, estaduais, municipais, juntas comerciais, cartórios, registro de imóveis, conselhos regionais e órgãos de classe, nos Estados e Cidades onde a Outorgante possui ou que venha a possuir estabelecimentos (matriz e filiais), bem como no Distrito Federal, com fins específicos para assinar requerimentos, formulários, petições, Documento Básico de Entrada – DBE, protocolar e acompanhar processos de inscrições, alterações e baixas de estabelecimentos, solicitar licenças, dar vistas, acompanhar e desarquivar processos, preencher e assinar guias e formulários, tais como Redarf, Ajuste de GPS, Realocação de Débitos, cadastrar/alterar senha on-line, solicitar processo eletrônico, solicitar, retirar Certidões Negativas e/ou Positivas de Débitos, solicitar pesquisas de situação fiscal e cadastral, retirar 2ªs vias

898495v2

Clicksign 03b00f28-0c1d-4ad2-90e7-787fbc6a1044

JUCESP  
30 de 25

de documentos, preencher, protocolar e alterar Pedidos de Autorização para retificação do arquivo da EFD ICMS/IPI e tudo o que mais necessário for para o bom e fiel desempenho desse mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte. O presente mandato tem validade de 01 (um) ano a contar da data da assinatura.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2025.

**LOGBRAS CABREÚVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.**

---

**Nerian Gussoni de Oliveira**

CPF: 151.946.018-08

---

**João da Cruz Mellão**

CPF: 316.483.188-94

898495v2

Clicksign 03b00f28-0c1d-4ad2-90e7-787fbc6a1044

Certifico o registro sob o nº 216.989/25-5 em 30/06/2025 da empresa LOGBRAS CABREUVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A, NIRE nº 35300450949, protocolado sob o nº 2389008252. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/07/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 271474152. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).